

# **Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**

11.ª Reunião

(13 de dezembro de 2016)

## **SUMÁRIO**

O Presidente (José de Matos Correia) declarou aberta a reunião às 15 horas e 12 minutos.

Procedeu-se à audição da Sr.ª Dr.ª Maria Manuela Dias Ferreira Leite (ex-Ministra das Finanças entre 6 de abril de 2002 e 17 de julho de 2004), tendo usado da palavra os Deputados Miguel Tiago (PCP), Adão Silva (PSD), Carlos Pereira (PS), Moisés Ferreira (BE), Cecília Meireles (CDS-PP), Luís Moreira Testa (PS) e Margarida Mano (PSD).

O Presidente encerrou a reunião eram 16 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Correia): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.

*Eram 15 horas e 12 minutos.*

Tal como consta do calendário de audições, que é do conhecimento de todos, temos hoje connosco, na sequência da audição que fizemos na semana passada ao Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite na qualidade de antiga Ministra das Finanças.

Em primeiro lugar, queria, do ponto de vista institucional, mas também do ponto de vista pessoal, cumprimentar a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite. Tenho sempre muito gosto em vê-la nesta sua Casa. A Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite foi, durante muitos anos, uma ilustre Deputada e membro do Governo, mas, como estamos na Assembleia da República, destaco, em particular, o seu lugar como Deputada, sendo que chegou a ser líder parlamentar do seu partido.

Portanto, é sempre com imenso prazer que a vemos de volta a esta sua Casa.

A Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite deu-me a indicação de que não desejava fazer nenhuma intervenção inicial e, portanto, passaremos, de imediato, à primeira ronda de questões.

De acordo com a regra da rotação, que é do conhecimento da Comissão, a primeira questão será colocada pelo PCP e, depois, seguir-se-á a regra normal: PSD, PS, Bloco de Esquerda e CDS.

Na primeira ronda as perguntas são formuladas isoladamente por cada partido político, sendo que cada grupo parlamentar tem 8 minutos. A Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite terá também 8 minutos para responder, mas serei bastante mais tolerante, como sou sempre, relativamente às respostas do que

à formulação das perguntas. Na segunda ronda haverá outras regras, mas quando chegar a altura darei nota delas.

Sem perder mais tempo, dou a palavra ao Sr. Deputado Miguel Tiago, do Partido Comunista Português.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, gostava de cumprimentar a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite e de agradecer a sua disponibilidade para participar nos trabalhos desta Comissão, de que julgo conhecer bem o âmbito e o objeto. Portanto, enquadrará facilmente as questões que da minha parte lhe serão feitas e também lhe pedia que as compreendesse nesse âmbito para facilitar a utilização do tempo por todos.

Feito este agradecimento, gostava de lhe perguntar, em primeiro lugar, qual era a forma e o método de ligação entre o Governo, o Ministério das Finanças principalmente, e a administração da Caixa Geral de Depósitos, durante o tempo em que desempenhou as funções de Ministra das Finanças.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite** (ex-Ministra de Estado e das Finanças): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, é até com alguma emoção que venho a esta Casa e à Comissão, porque tenho aqui uma ligação afetiva muito grande.

Começando por responder à questão que o Sr. Deputado Miguel Tiago me colocou, penso que eu não fui inovadora – aliás, fui muito conservadora – no critério de ligação entre o Governo e a administração da Caixa Geral de Depósitos, porque, como bem sabem, o Ministro das Finanças tutela a Caixa, mas, evidentemente, não é administrador da Caixa. Tenho consciência de

que nunca interferi em nada da administração da Caixa que não fosse, exclusivamente, aquilo que era da minha competência.

Outra ligação que há entre o Ministério das Finanças e a administração da Caixa ou à Caixa é através da Inspeção-Geral de Finanças, que, durante o tempo em que exerci funções de ministra, nunca me fez qualquer espécie de comunicação que levasse a que eu tivesse de fazer alguma observação à administração da Caixa.

Portanto, exerci as funções exatamente naqueles aspetos que me competiam, que eram os da discussão e da análise de aspetos de natureza estratégica da Caixa. Aí, sim, tive conversas com a administração da Caixa, em nome, evidentemente, do Governo que representava naquele momento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Já nos disse que não passava orientações de gestão à Caixa, o que é natural – enfim, pode não ter sido sempre essa a regra durante todos os governos, mas isso, sim, é o natural –, mas, sendo o Ministério das Finanças o representante principal do acionista único, como é que era, quer no Governo quer na ligação com a Caixa, o processo de satisfação das dúvidas em torno da estratégia e das contas que eram apresentadas, se e quando elas surgissem?

Portanto, enquanto acionista, como é que pedia satisfações à administração da Caixa ou esclarecimentos adicionais sobre aspetos das contas? E como é que os vários membros do Governo envolvidos nas várias equipas do Ministério das Finanças ponderavam sobre a qualidade da informação prestada pela administração da Caixa e sobre os necessários ajustes ou pedidos adicionais de esclarecimento?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Peço-lhe desculpa, mas tenho a sensação de que está a imaginar as relações com a Caixa de uma forma diversa daquelas que eram as nossas competências e a nossa análise. Não se esqueça que estamos falar de há 13 anos, de há 13 a 15 anos... E não se esqueça também que, há 13 ou 15 anos, um dos bancos pujantes deste País era o BPN.

Portanto, quando estamos a falar da Caixa Geral de Depósitos, estamos a pensar numa instituição que estava acima de qualquer suspeita, com certeza, e, para além disso, numa situação económica e financeira absolutamente sólida e sem necessidade de qualquer discussão.

Quando fala desses pormenores, direi assim, de informação, de melhoria de informação, etc., julgo mesmo que o regulador não o faria, porque não sentia essa necessidade. Como sabe, esses aspetos foram levantados muito recentemente. Nunca ninguém pôs em causa o pormenor dessa informação, se era correta ou se não era correta, e julgo mesmo que, relativamente à Caixa, que é o caso que conheço, era absolutamente sólida e sempre foi sólida.

Alguma pressão que poderá ter sido exercida sobre a Caixa por parte do Ministério das Finanças, considero que aconteceu apenas uma vez, na altura das contas, na sequência de uma tentativa de a participação dos lucros da Caixa ser superior àquela que, por lei – pelo menos, consuetudinariamente era assim –, era da ordem dos 50%, e eu tentei, na altura, que fosse da ordem dos 60 a 70%. Como sabe, tínhamos um problema de défice excessivo que era necessário corrigir e, portanto, andávamos à procura de receita onde ela pudesse existir.

E posso apenas dizer-lhe que o Presidente da Caixa não o fez, o que significa que mesmo essa relação foi muito saudável e muito correta, porque

nem eu fui além de uma tentativa de obter uma maior participação, mas não atingi a ameaça, obviamente, nem ele se subordinou a esse pedido, não o tendo cumprido.

Portanto, nesse aspeto, considero que ficámos, tanto um como o outro, nos limites das nossas competências, mas não nos excedemos. Defendemos, com certeza, o interesse do País e defendemos também os interesses da Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Da parte do PCP, sobre a solidez da informação que os bancos prestam e as opiniões que os relatórios de acompanhamento dos reguladores vão produzindo, temos uma opinião muito própria, que não é muito favorável à qualidade dos dados com que a banca vai redigindo os seus relatórios, mas temos plena consciência de que, naquela altura, até a consciência e o alarme sobre os problemas eram completamente diferentes, o que não significa que estivesse tudo bem.

A pergunta que lhe faço tem precisamente a ver com isso. Nessa altura, entre 2002 e 2004, o problema das imparidades na Caixa não se assumia sequer como uma preocupação prioritária – aliás, julgo que não terá havido sequer grandes provisionamentos por imparidades, nessa altura.

Pergunto-lhe se, em algum momento, terá havido algum alerta por parte da administração da Caixa junto do Governo e como é que o Governo terá lidado com potenciais imparidades a registar naquela altura ou preocupações que tenham surgido com imparidades de futuro.

Esta Comissão não consegue saber com o pormenor que, no nosso entendimento, seria necessário e adequado exatamente quais são os contratos e quais são as operações que geram os maiores volumes de imparidades. Até

há notícias de jornal sobre isso, mas o pormenor não chega a esta Comissão, aliás, às comissões de inquérito da Assembleia da República geralmente esses dados chegam truncados.

Portanto, pergunto-lhe se tem alguma noção de operações que, nessa altura, lhe suscitassem particulares preocupações do ponto de vista da imparidade futura, ou preocupações sobre imparidades já a registar nessa altura.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em relação às imparidades futuras, acho que é muito difícil fazermos esse tipo de análise sem nos sintonizarmos na situação... É que acertar nos prognósticos à segunda-feira é fácil, mas ter a noção de imparidades que poderiam vir a suceder ou que vieram a suceder, efetivamente, já me parece algo mais difícil.

Mas devo dizer-lhe o seguinte – e isto é muito importante para a questão das imparidades: não tendo nós a noção, evidentemente, de quais poderiam ser as imparidades, nem isso era assim tão frequente nem tão volumoso quanto isso, e porque muitos dos negócios que se poderão ter vindo a verificar ou a considerar não terem sido bem-sucedidos tinham um certo enquadramento na altura em que eram concedidos e eram considerados como algo muito importante para a economia – aliás, depois houve aspetos que poderiam ter feito falhar esse objetivo, mas isso não significa que, nesse momento, tivessem sido vistos.

Mas o que dizia que era importante era o seguinte: é que, nessa minha análise da situação e considerando eu, na altura, que a participação nos lucros era uma receita importante para o Estado, tudo o que não fosse levado a

provisões era alguma coisa que poderia levar a que aumentassem os lucros disponíveis para essa participação do Estado. E pode verificar que, nesses mandatos, as provisões foram feitas não a 100%, mas a mais de 100%, o que significa que eram provisões quase consideradas exageradas. Mas, provavelmente, a gestão e a administração da Caixa, exatamente para que não houvesse a tentação de ir buscar mais receita, tiveram provisionamentos superiores a 100%.

Portanto, nesse sentido, poderá haver contas seguras, mas mais do que aquelas, acho difícil.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, faça favor.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Era uma espécie de gestão superprudente no que toca à provisão por imparidades... Não sabemos se depois terão sido consumidas ou não. Como diz, e bem, as imparidades estimadas no momento podem não ter absolutamente nada a ver com as verificadas no futuro. Certamente na Caixa terão sido superiores ao esperado, porque senão não estávamos perante os problemas com que estamos confrontados neste momento.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sr. Presidente, gostaria de esclarecer um aspeto sobre as imparidades.

O Sr. **Presidente**: — Se o Sr. Deputado não se importa, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite para fazer esse esclarecimento.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Peço desculpa, era só para dizer que, quando se calcula as imparidades, tem de se ter também em perspetiva qual vai ser a evolução económica e há um conjunto de

situações, nomeadamente de crise, que geram essas imparidades e a falência de determinado tipo de negócios que, evidentemente, são insuscetíveis de ser previsíveis.

Nesse caso, ter-se-ia de ver se foram as imparidades que foram mal calculadas, se foi a evolução da política económica que foi errada.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim, temos consciência disso, mas é provável que tenham sido superiores ao esperado, porque a evolução económica também não foi muito favorável nos anos seguintes, portanto o mais provável é que as imparidades tenham excedido as provisões, e não o contrário.

Aquilo que pode ter parecido na altura uma gestão prudente – e não estou a pôr em causa que não tenha sido, pois não elementos para o fazer – pode ter vindo a revelar-se no futuro não ter sido suficientemente prudente, porque, de facto, a situação económica e financeira era um pouco pior do que aquela que publicamente se conhecia.

A Caixa Geral de Depósitos, durante alguns momentos da sua vida – não consegui apurar exatamente todos, porque os relatórios não estão todos disponíveis no sítio de *internet* da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) –, a determinadas alturas, contou com garantias pessoais do Estado, nomeadamente para emissões obrigacionistas. Nesses contextos, diz a lei que a supervisão e o controlo sobre a instituição passam a ser realizados num contexto reforçado, ou seja, a supervisão e o controlo passam a ser realizados quer pelo Banco de Portugal, quer pela própria Direção-Geral do Tesouro.

Pergunto-lhe se, enquanto Ministra das Finanças, a Caixa Geral de Depósitos chegou a usufruir de alguma garantia pessoal do Estado para qualquer operação de crédito ou emissão obrigacionista.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sr. Deputado, não tenho nenhuma ideia, neste momento, de tal ter sucedido, com há bocadinho disse.

Não tive nenhum alarme ou aviso por parte da Inspeção-Geral de Finanças ou da Direção-Geral do Tesouro, portanto não creio que tenha havido nada dessa situação durante o tempo em que lá estive.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Enquanto Ministra das Finanças, diria que, perante um alerta proveniente de qualquer um dos gabinetes que fazem a ligação ao sistema financeiro, nomeadamente de acompanhamento de garantias ou de acompanhamento das contas do sistema financeiro e do banco público, em relação ao que quer que fosse sobre as contas, uma não atuação seria, no mínimo, uma falta de zelo da parte do governante?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Doutora, faz favor.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, não sou propriamente capaz de qualificar o que é que seria isso por parte do governante, se seria uma falta de zelo ou se seria qualquer outra coisa pior que essa. Mas...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então, de forma mais concreta: nos termos da lei, e tendo em conta o papel da Inspeção-Geral de Finanças, da Direção-Geral do Tesouro e a sua articulação entre o Estado e a banca, estava ou não estava o Ministro das Finanças – e, se tiver conhecimento sobre a lei atual – está ou não está um Ministro das Finanças obrigado a atuar perante

um alerta de potencial incumprimento por parte de um banco com as responsabilidades com o Estado?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Admito que tivesse com certeza de atuar, posteriormente ao regulador que era o Banco de Portugal.

Portanto, não havendo por parte do Banco de Portugal nenhuma atuação, nenhum alerta, não era o Ministro das Finanças que podia fazer uma intervenção dessa natureza. O regulador está absolutamente... Direi que o regulador é a primeira linha de intervenção e não o Ministro das Finanças.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Ministra, é a última questão que vou colocar.

Presumo que, apesar da lei das garantias pessoais do Estado e do regime jurídico que regulamenta, na prática, a interação entre o Estado e a banca – porque não fala apenas de garantias, apesar de ser esse o seu título principal –, determina que cabe à DGTF a garantia da devolução de qualquer garantia pessoal do Estado às instituições, sendo que o Banco de Portugal nem sequer é referenciado nesse documento. Alias, julgo que este artigo está na lei desde a sua formulação inicial. Não tenho a lei aqui comigo – lei que julgo ter sido alterada em 2011 –, mas penso que esta disposição é anterior a essa alteração e é bastante anterior até.

Portanto, cabe, sim, ao Governo, no caso de existirem garantias pessoais, ou qualquer emissão obrigacionista garantida pelo Estado – enfim, qualquer garantia pessoal do Estado para aquele banco – e é, sim, o Governo a primeira linha de controlo sobre a capacidade de a instituição cumprir as responsabilidades que decorrem de uma garantia, o que, no caso da Caixa

Geral de Depósitos, é ainda mais evidente, até porque a Caixa Geral de Depósitos, na prática, um pouco como todos os bancos, na verdade, mesmo quando não têm garantias pessoais do Estado acaba por ter, porque o credor estrangeiro sabe perfeitamente que não se pode, pura e simplesmente...

O Sr. **Presidente**: — Vou-lhe pedir que termine, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Estou a terminar, Sr. Presidente.

Dizia, não se pode, pura e simplesmente, deixar rebentar um banco e sabem, como até aqui tem sido verdade, que os Estados vão a correr salvar e pagar as dívidas dos bancos. Assim, as garantias pessoais são uma mera formalidade, porque elas, na verdade, estão sempre lá.

Por isso, julgo que não é correto dizer-se, no que toca ao controlo exercido especificamente pela Inspeção-Geral de Finanças e pela DGTF que estas são uma espécie de segunda linha, não no caso de existência de garantias pessoais do Estado ou, eventualmente, na ausência dessas garantias.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, não estou a discutir propriamente esse ponto, mas antes a discutir que, na minha altura, não tenho nenhuma informação, não me lembro e não tenho nenhuma informação – de resto agora tentei rever – de que havia qualquer tipo de atuação nesse sentido.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, dando a palavra ao Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite, a quem saúdo, desde logo, institucionalmente e também – se me permite esta nota de afeto – com muito gosto e muito prazer, num registo de amizade e de simpatia.

Antes de mais, agradeço também a sua presença aqui, para nos dar esclarecimentos sobre aspetos ligados com o propósito desta Comissão Parlamentar de Inquérito à Caixa Geral de Depósitos.

Irei formular algumas perguntas, confinando-as, evidentemente, ao tempo em que a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite foi Ministra das Finanças, portanto, entre 2002 e 2004.

A minha primeira pergunta, Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite, é a seguinte: qual era a estratégia do Governo para o banco público, isto é, para a Caixa Geral de Depósitos, durante o seu mandato como Ministra do Estado e das Finanças?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Doutora, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, tivemos dois pontos de natureza estratégica, que se discutiram naquela altura: em primeiro lugar, teve a ver com a questão da posição da Caixa em Espanha; e, em segundo lugar, com a posição da Caixa no tipo da sua organização, dado que, a partir de determinada altura, o peso dos seguros na Caixa passou a ser muito pesado, com a aquisição da Império e da Bonança, que junto com a Fidelidade e a Mundial já constituíam cerca de 1/3 da atividade da Caixa, o que era um peso efetivamente muito grande.

Ora, isto levou a ponderar-se que a estrutura da administração da Caixa devia ser diferente e, portanto, uma das propostas que havia era no sentido de haver a Caixa, banco comercial por um lado, a parte da banca, e,

por outro, uma parte dos seguros, portanto, no fundo, a constituição de uma *holding*, com os seguros, com as relações internacionais, com as participações financeiras... Esse projeto estava em mente e estava em mente exatamente porque o peso da administração era muitíssimo grande e já não dava para poder ser abarcado apenas por uma administração no estilo em que ela funcionava.

Só lhe posso dizer que essa foi um tema que ainda foi discutido em Conselho de Ministros mas foi num Conselho de Ministros em que, ao fim de dois ou três dias, tínhamos a notícia de que o nosso Primeiro-Ministro ia abandonar as suas funções e, portanto, ia para outras – nós sabemos, não é preciso estar a dizer – e não chegou a ter seguimento no nosso mandato. Posso-lhe dizer essa parte.

Quanto à questão de Espanha, tinha sido na época do Dr. Rui Vilar que tinha sido feita uma aquisição de bancos em Espanha. Direi que não eram propriamente bancos, eram «banquinhos», porque havia uma instituição que era pequeníssima e havia duas que eram pequenas. E era um problema da administração da Caixa, porque aquilo só tinha duas soluções: ou aumentar significativamente, comprando um novo banco onde aqueles fossem absorvidos; ou então fundir aqueles e reduzir-lhes muito a sua atividade, porque senão aquilo viria sempre a dar algum prejuízo para a Caixa.

Nesse aspeto, durante o meu mandato tentámos comprar, por duas vezes, um banco em Espanha. Houve um concurso público, para o qual nós concorremos, para aquisição desse banco, mas perdemos os dois concursos: um perdemo-lo para o Barclays e o outro perdemo-lo para o Sabadell, o que significa que esse projeto, essa estratégia que esteve em mente, não foi concretizado no meu tempo.

Estes eram dois pontos estratégicos importantes em termos da evolução da Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sr. Presidente, Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite, deixe-me, então, voltar a essa questão dos «banquinhos» de Espanha que V. Ex.<sup>a</sup> tinha recebido no início do seu mandato.

A Sr.<sup>a</sup> Doutora considera que terá sido um bom negócio, esse processo de aquisição desses «banquinhos» em Espanha, ou, pelo contrário, terá sido um negócio não tão adequado quanto isso para a sustentabilidade da Caixa Geral de Depósitos?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Bom, as estratégias também mudam de acordo com as administrações e de acordo com a evolução dos tempos. Aquela aquisição já tinha sido feita há uns tempos e, portanto, não se estava a revelar tão eficaz como, com certeza, quando foi executada. Quando foi executada provavelmente era uma boa aposta, mas não se estava a revelar como tal e, ao não revelar-se nessas condições, havia que mudar, não havia que ficar simplesmente a olhar e a ver que aquilo estava a degradar.

De acordo com a administração, aquilo que era necessário fazer era uma de duas coisas: ou isso; ou a... A política que foi seguida, o facto de nós, quando saímos... Como digo, nós tínhamos perdido esses dois concursos, portanto, esse projeto não foi executado e o projeto que foi seguido, nos Governos seguintes, foi um projeto verdadeiramente ao contrário deste e que foi aumentar, mas de forma orgânica, ou seja, aumentaram as sedes, aumentaram as pessoas, aumentaram não sei quê... Portanto, aumentaram de forma orgânica, mas não de forma estrutural e, ao não ser de forma estrutural, deu, provavelmente, um resultado como aquele que está à vista em Espanha.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Doutora, podemos então dizer que este processo, que a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite em 2002 herdou do Governo anterior, se revelou pouco sustentador das boas finanças da Caixa Geral de Depósitos – esta é, de facto, uma conclusão a que chegámos.

Sr.<sup>a</sup> Doutora, já agora, apesar desse esforço, que a Sr.<sup>a</sup> Doutora já nos foi mencionando, de tentativa de encontrar soluções, agregando-os num banco maior, de tentativa de comprar, eventualmente, até um banco maior em Espanha, a pergunta é a seguinte: em que é que resultou isto, do ponto de vista de prejuízos, eventualmente, para a Caixa Geral de Depósitos? Tem, neste momento, uma noção dos prejuízos que isso trouxe para a Caixa Geral de Depósitos? Tem noção dos prejuízos que a decisão, anterior ao seu mandato, de aquisição desses «banquinhos» em Espanha trouxe para a Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Isso não sou capaz, honestamente, de lhe dizer, porque a única coisa que sou capaz de dizer é qual é que era a situação na altura e que, perante a nossa análise, se verificava que era necessário fazer alguma coisa relativamente a Espanha.

Agora, o que se passou de seguida, desconheço... Desconheço o suficiente para não me pronunciar seriamente sobre essa matéria.

O Sr. **Presidente**: — Faz favor, Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Percebe-se, pelas considerações da Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite, que houve aqui, de alguma maneira, uma

desestruturação da Caixa Geral de Depósitos, herdada, por causa da incorporação destes bancos e, obviamente, dificilmente estruturada durante o seu mandato.

Mas, de qualquer maneira, gostava de lhe fazer uma pergunta que me parece essencial e que os portugueses gostavam de lhe fazer, Sr.<sup>a</sup> Doutora, que se prende com o facto de, durante o seu mandato, a Caixa Geral de Depósitos ter tido lucros.

A Sr.<sup>a</sup> Doutora já nos foi avançando alguns aspetos sobre isto, mas a minha pergunta é: qual foi o valor desses lucros, que a gestão que V. Ex.<sup>a</sup> tutelava gerou na Caixa Geral de Depósitos? Tem, eventualmente, uma noção disso?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sr. Deputado, tenho a noção de...

Bom, por um lado, deixe-me só mencionar aqui um pormenor, que quero referir e que é o seguinte: parece-me exagerado, desculpe a expressão, considerar-se que esta operação em Espanha desestruturou a Caixa Geral de Depósitos. Nada disso! Há ali setores, é uma instituição muito grande, em que há um setor que está a revelar bem e que se tenta fazer evoluir. Portanto, não posso considerar que tenha sido uma fonte de desestruturação, até porque não considero que a Caixa estivesse desestruturada. De forma nenhuma! Como falou das opções estratégicas, lembrei-me que uma delas teve a ver com Espanha, mas era um setor, apenas.

Tenho ideia que os lucros da Caixa andavam na ordem dos 700 milhões de euros por ano.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Setecentos milhões de euros por ano que, *grosso modo*, eram encaminhados para o Estado, para o Ministério das Finanças, para as contas públicas...

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Não todo.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Não todo!

*Risos de Deputados do PSD.*

Já nos falou, obviamente da necessidade da tal gestão prudente, superprudente, mas, só para termos memória disso e aproveitando a sua presença aqui, que é, de facto, uma situação singular e importante, gostaria de lhe perguntar se tem a noção de quanto o Estado seria capaz de encaixar desses 700 milhões de euros de lucro anual?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Era na ordem dos 50%. Quando há pouco disse que tentei, de alguma forma, aumentar esse valor, tentei aumentá-lo para 60% e 70%, mas não consegui. Andava na ordem dos 50%.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Adão Silva, pode prosseguir.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Tomámos boa nota dessa sua afirmação, que é aliás, uma forma de a Doutora Manuela Ferreira Leite se expressar, de que tentou, não conseguiu porque a gestão da Caixa também defendeu a

outra posição e cada um ficou um pouco na sua, procurando defender o interesse máximo da Caixa Geral de Depósitos e do Estado português, que era o que importava.

A minha pergunta é se a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite acha que, durante o seu mandato, a administração, que dependia da sua tutela, fez uma gestão prudente da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Acha que vai dizer-lhe que não?!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Eu disse há pouco que em termos de provisionamento poder-se-iam até considerar exageradas essas provisões, porque eram provisões que cobriam qualquer espécie de riscos em mais de 100%.

Portanto, acho que foi uma gestão bastante prudente. Mas também devo dizer-lhe que não considero que tivesse sido a única administração que teve uma gestão prudente; considero que muitas outras administrações tiveram também uma gestão prudente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Adão Silva, pode prosseguir.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Talvez dentro desta gestão prudente, opino eu, foi criado, na altura, um Conselho Alargado de Crédito, um instrumento que deliberava nomeadamente na atribuição de créditos superiores a 50 milhões de euros.

D.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite, não nos quer falar sobre a importância deste mecanismo e da forma como ele atuava dentro da gestão da Caixa Geral de Depósitos? Não sei se ainda tem memória deste pequeno detalhe, mas

para nós é importante, dado que este Conselho Alargado de Crédito funcionava, de alguma maneira, como um travão na tal gestão prudente que era imposta à Caixa Geral de Depósitos através da legislação da própria tutela.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sr. Deputado, vou responder-lhe categoricamente sobre essa matéria: não vai haver ninguém da administração da Caixa que seja capaz de dizer que eu algum dia tenha perguntado por alguma operação de crédito.

Portanto, não só eu nunca perguntei por nenhuma operação de crédito como nunca sugeri alguma operação de crédito. Qualquer administrador lhe dirá isso, o que significa que cumpri rigorosamente a missão que me estava confiada, da qual não fazia parte falar sobre crédito com a administração, pois havia outros órgãos para o fazer.

Nunca o poder político se pode meter nessa matéria e, portanto, é matéria sobre a qual não tenho nenhuma resposta a dar-lhe, porque, pura e simplesmente, não sei. Foi assunto que nunca fez parte das minhas conversas com a administração nem nunca fiz sobre isso qualquer pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Adão Silva, faça favor.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite, devo dizer-lhe que não me espanta esse tipo de resposta que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de dar a esta Comissão e até a veemência e o enfoque com que deu a sua resposta.

Gostaria de colocar-lhe ainda mais uma pergunta, que tem a ver com a parte do seu legado.

V. Ex.<sup>a</sup> terminou o seu mandato em julho de 2004, se bem recordo, e, neste momento, importa saber que tipo de herança, digamos assim, V. Ex.<sup>a</sup> deixou ao seu sucessor no Ministério das Finanças, no que respeita a este *dossier* da Caixa Geral de Depósitos, em termos de sustentabilidade da Caixa, de desafios da Caixa ou de questões não resolvidas.

Gostaríamos de a ouvir falar sobre essa matéria, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Penso que o legado que deixei não terá sido muito diferente do que o que recebi, porque não considero que a Caixa tenha tido uma evolução negativa que me leve a pensar que aquela administração a tenha transformado. De resto, há aqui um ponto essencial, que é o facto de que quando lá cheguei estava lá um presidente de um conselho de administração e foi o mesmo que lá ficou quando saí. Portanto, em termos políticos não mexemos na Caixa e, por isso, esse legado não será muito diferente daquele que recebi.

Havia, sim, alguns problemas para resolver e o problema fundamental que havia para resolver era exatamente, como eu disse há pouco, o que tinha a ver com o modo de governação da Caixa, que estávamos a tentar alterar, que estava muito difícil de resolver, nomeadamente porque havia questões pessoais entre os membros da administração, e que, como sabe, o ministro que me sucedeu resolveu substituindo a administração.

Portanto, estou convencida que ter-se-ia resolvido o problema da administração da Caixa se tivéssemos aprovado o novo sistema de governação, mas, não o tendo sido, efetivamente estava a tornar-se incompatível aquela forma de gestão, até por motivos de natureza pessoal entre os membros da administração. Por isso, esse é um legado que direi que foi negativo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Adão Silva, queira prosseguir.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sr. Presidente, não tenho mais perguntas a colocar à D.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite, resta-me apenas agradecer-lhe o seu contributo a esta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pereira.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, antes de mais queria, em nome do Partido Socialista, dar as boas-vindas à Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite e agradecer-lhe antecipadamente os seus contributos a esta Comissão de Inquérito.

Naturalmente que alguns dos aspetos já foram referidos pelos Deputados que me antecederam, e esta Comissão de Inquérito, proposta pelo PSD e pelo CDS-PP, avalia um período muito alargado, pelo que lhe peço também um esforço de memória em relação a algumas das matérias abordadas.

Poderia dizer, ainda que de forma muito grosseira, que uma das questões que esta Comissão de Inquérito gostaria de avaliar é saber se ao longo destes anos de avaliação houve ou não crédito mal dado e, se o houve, saber em que dimensão é que tal aconteceu.

A situação a que chegou hoje a Caixa Geral de Depósitos, com exigências de capitalização e de recapitalização, leva-nos a perguntar se estamos apenas perante uma situação de crédito mal dado – admitimos que tenha existido, não sabemos em que dimensão –, ou se estamos também

perante uma situação decorrente da crise do *subprime*, que teve, com certeza, consequências, e também da recessão que ocorreu após essa crise.

Gostaria de ouvir a opinião da Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite sobre este assunto.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Doutora, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Doutora **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sr. Presidente, peço desculpa mas estou muito sintonizada a responder pelo período em que tive responsabilidades sobre a Caixa; estarei menos apta a falar na base da opinião.

É um assunto complexo e a minha opinião não poderá influenciar, de modo algum, esta Comissão, não me julgo com esse estatuto. Portanto, só lhe posso dizer que relativamente ao período em que estive no Ministério das Finanças não tenho conhecimento de que tivesse havido um crédito concedido sobre o qual houvesse dúvidas, na medida em que, como já lhe expliquei há pouco, nunca sugeri nenhuma ação de crédito em relação a qualquer tipo de empreendimento nem nunca me foi dada qualquer opinião sobre essas matérias, pois eram matérias que considero — e penso que a administração também, com certeza — não são para discutir com o poder político.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor de prosseguir.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Obrigado, Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite.

De qualquer modo, nessa linha de pensamento e na articulação que certamente tinha com a administração da Caixa, foi-lhe dada alguma informação sobre se teria havido problemas num passado recente sobre esta atribuição de crédito e que, eventualmente, pudesse ter sido mal dado?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Doutora, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Doutora **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Não, não tenho essa informação, que, nomeadamente, poderia ser dada através da Inspeção-Geral de Finanças ou da Direção-Geral do Tesouro. Não houve nunca nenhuma informação sobre essa matéria, apesar de nós todos termos consciência de que há 14 ou 15 anos esse era um tema que talvez não fosse muito conhecido para poder ser tratado a nível de despacho diário.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr. Deputado Carlos Pereira.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite, esta sua resposta permite-me introduzir um tema que é hoje importante – e penso que também o era na altura –, que é o da forma como era estabelecido o relacionamento entre o acionista e a Caixa Geral de Depósitos, ou seja, se havia mecanismos suficientes que permitissem um controlo efetivo da Caixa por parte do acionista.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Doutora, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Doutora **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Como já disse, ao Ministério das Finanças compete tutelar a Caixa Geral de Depósitos. Tutela, não faz parte da administração nem é regulador.

Portanto, são duas fases a que o Ministro das Finanças deverá ser completamente alheio, não sendo com certeza alheio, dever ter a sua opinião e participar, sobre a orientação estratégica da Caixa. Sobre esse aspeto já referi quais foram os pontos que considero de orientação estratégica relativamente à Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Carlos Pereira.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Doutora Manuela Ferreira Leite, compreendo a sua resposta, mas a pergunta era no sentido de perceber se considerava que eram totalmente aceitáveis – e compreendo que estávamos numa fase diferente da que vivemos hoje – os mecanismos de controlo interno que existiam na altura e se o *report* feito era totalmente satisfatório para o acionista poder exercer as suas funções de forma serena e sossegada, digamos assim.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Doutora, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Doutora **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Tanto eram suficientes e tranquilizadoras que o foram. Eram suficientes, não foram consideradas necessárias mais informações... Ninguém pode considerar que estava ali a ser gerado qualquer tipo de mecanismo destruidor da Caixa Geral de Depósitos. Isto é algo sobre o qual ninguém pode afirmar. A Caixa é uma instituição que funcionava dentro dos termos absolutamente exigíveis a uma instituição daquela natureza e com resultados visivelmente pujantes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Pereira, tem a palavra.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Doutora, da recolha de informação que fizemos, observamos que, por exemplo, o banco que a Caixa tinha em Espanha, o Banco Simeón, em 2013, teve prejuízos de meio milhão de euros. Não é nada de verdadeiramente significativo mas, em 2002, tinha tido lucros de dois milhões de euros.

Além disso, se olharmos para os indicadores da altura, os depósitos tinham caído 10%, a margem financeira tinha caído 2,5%, a margem de exploração tinha descido 38%...

Portanto, a pergunta é se o acionista estaria a tempo de, eventualmente, ao ocorrerem situações destas, ou se tinha alertas que permitiam observar o que se estava a passar na estrutura da Caixa em aspetos relevantes, como é o caso do investimento em Espanha?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sr. Deputado, penso que já disse exatamente, relativamente a Espanha, qual é que foi a nossa posição. Não estávamos alheados do que se estava a passar em Espanha e o que se estava a passar em Espanha levou-nos a tomar decisões e a ter ações no sentido de resolver esse problema.

Poder-se-á contestar se a verdadeira resolução era a aquisição de um novo banco para transformar aquilo num banco maior, mas foi essa a opção que a Caixa tomou na altura e o Governo, juntamente, dando-lhe o aval para essa situação.

Tentámos e não conseguimos... Portanto, não estávamos alheados, porque se estivéssemos alheados provavelmente não nos lembrávamos de estar a tomar uma decisão dessa natureza, de irmos concorrer à aquisição de um banco. Fizemos isso por duas vezes, exatamente para solucionar um problema que sabíamos que existia.

Portanto, não foi nada que tivesse ocorrido, que nós tivéssemos ignorado e, ao termos conhecimento dele, não foi caso para não fazermos nada. Fizemos aquilo que era considerado, na altura, a estratégia correta, que era integrar esse pequeno banco numa instituição com uma dimensão capaz de poder gerar lucros.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Pereira, faça favor.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Estávamos só a tentar perceber de facto como é que os mecanismos, na altura, funcionavam para perceber se seria possível passarem despercebidas situações que pudessem ser graves para a evolução da Caixa e para a própria estrutura. Portanto, a ideia era, basicamente, compreender como é que esse relacionamento entre o Estado, neste caso o acionista, e a Caixa funcionava.

Relativamente às questões estratégicas, a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite falou basicamente na questão da internacionalização, em particular em Espanha e na aposta em Espanha ...

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — A aposta em Espanha não foi minha!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Era só para dizer que a aposta em Espanha não foi feita pelo Governo a que pertenci, nem pela administração que, na altura, tutelei. A aposta em Espanha foi feita muito anteriormente.

O Sr. **Presidente**: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Doutora, estava só a tentar precisar o seguinte: a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite referiu – e parece-me compreensível – que, na altura, fazia sentido, ou parecia fazer sentido, uma

aposta por aquisição, em Espanha, de maneira a poder tornar mais robusta a estratégia de internacionalização da Caixa Geral de Depósitos.

Como disse, falharam as duas tentativas de aquisição de bancos em Espanha, não foram bem-sucedidas, disse também que só havia dois caminhos a tomar: ou a aquisição desses bancos, de forma a tornar mais robusta a internacionalização da Caixa Geral de Depósitos em Espanha; ou, em alternativa, desinvestir completamente o que estávamos por lá a fazer, tendo em conta a pequenez dos bancos.

Mas não aconteceu nem uma coisa nem outra enquanto lá estive, ou seja, nem a Caixa Geral de Depósitos não foi capaz de fazer a aquisição dos bancos, tal como pretendia, e nem foi desinvestido, conforme a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite estava a comentar há pouco.

Portanto, queria tentar perceber, de facto, qual foi depois a estratégia do Governo relativamente a esta matéria.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sr. Deputado, eu não entrei na fase do desinvestimento, ou, melhor, eu já não estava lá na fase que seria de desinvestimento; eu estive lá na fase em que tentei comprar uns bancos e não consegui... Mas, como sabe, essas coisas não se fazem propriamente... Quer dizer: não é hoje, então amanhã vou fazer outra coisa...! Quer dizer, não consegui isto hoje, ao fim de não sei quantos meses tentámos o outro banco, não se conseguiu, ao fim de não sei quanto tempo saímos do Governo, quer dizer...

E, portanto, os Governos seguintes é que poderiam, ou não, ter mantido a mesma situação, ou optar por outra solução, ou até tentar comprar um terceiro banco. Portanto, já não sou capaz de lhe responder, porque

enquanto eu lá estive, aquilo que fizemos foi tentar comprar os bancos, por duas vezes e, por duas vezes, por concurso direto, não ganhámos.

Não sou capaz de lhe responder mais porque isso já não é comigo, já foi para a frente, portanto... Agora, se lá tivéssemos ficado... Bom, não sou capaz de lhe dizer, neste momento, se teria aparecido qualquer outra oportunidade de concorrer a um terceiro banco, ou se tínhamos lançado os braços abaixo e considerado que, então, o melhor era reduzir a atividade daqueles, juntá-los todos e reduzir a atividade.

A administração, na altura, era a opção que teria feito. Não fiquei lá, nem ficou essa administração... Portanto, tudo mudou a partir do momento em que saímos, logo, por essa parte, já não sou capaz de responder.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Pereira, faça favor.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sim, de qualquer maneira, a aposta do reforço em Espanha foi feita pela Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite...

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Não foi, não!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — ... de poder fazer os concursos para aquisição, de ir aos concursos para aquisição do banco...

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Ah, isso foi, isso foi.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — ... era, de facto, da Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Mas a opção de Espanha não começou connosco; começou na administração do Dr. Rui Vilar, que, neste momento, não sei a que Governo pertencia, qual era o Governo que, na altura, estava em funções, mas não foi com esta administração!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — O que estava a tentar dizer era que, eventualmente, poderia haver uma aposta num outro mercado qualquer... Em 2004 houve a entrada dos países de Leste e, eventualmente, falava-se dessas possibilidades, portanto, estrategicamente, poderia ser esse o caminho.

Alguns bancos portugueses fizeram isso, a Caixa não fez, enfim... Nem sequer estou a questionar a bondade desta solução, estava só a sublinhar que foi uma decisão estratégica do Governo e da sua altura.

Sabemos hoje que Espanha, de facto, correu mal à Caixa Geral de Depósitos, perdemos muitos milhões de euros e, portanto, talvez não tenha sido a estratégia mais adequada.

Mas, ainda nos aspetos estratégicos, uma outra matéria que me parece relevante comentar – e talvez para terminar – tem a ver com a questão do modelo de governação que a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite referiu.

Daquilo que sabemos, na altura chegou mesmo a haver uma crise complicada na Caixa Geral de Depósitos, daquele que foi chamado o modelo bicéfalo, dividido entre o Dr. Mira Amaral e o Dr. António Sousa, e a questão é saber, e perceber, quais são as razões deste modelo e desta solução.

A Sr.<sup>a</sup> Doutora disse, no início, que os seguros estavam a ter um papel relevante e eu não sei se, por isso, resolveu fazer esta tentativa de uma solução de administração deste género, mas gostaria de saber qual é a sua opinião sobre isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Doutora, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sr. Deputado, a minha posição sobre isso ficou consagrada, direi, na proposta que fizemos ao Conselho de Ministros sobre uma alteração da administração da Caixa. Portanto, isso foi aquilo que ficou na nossa proposta.

Não creio que houvesse nenhuma administração bicéfala, porque só existem administrações bicéfalas quando existem duas pessoas a desempenhar a mesma função e não havia duas pessoas a desempenhar a mesma função. Havia pessoas diferentes a desempenhar, cada uma delas, a sua função.

Portanto, tudo o resto são problemas de natureza pessoal, de estilos e maneiras de ser que podem não ser compatíveis com a função que estavam a desempenhar. É tudo.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite, de qualquer maneira, esse modelo que foi implementado, com essas duas pessoas, de alguma forma, prejudicou um bocadinho a Caixa, porque, durante largos meses, esteve mais ou menos parada, tendo em conta os conflitos que existiam entre essas duas pessoas, conforme acabou de dizer e isso, obviamente, acabou por prejudicar a Caixa Geral de Depósitos. Ou não?

O Sr. **Presidente**: — Faz favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — A Caixa Geral de Depósitos, quando eu lá cheguei, estava numa situação que não era legal, que era o facto de estar, há mais de oito meses, com um número par de

administradores, porque tinha havido um administrador que, por motivos de saúde, tinha abandonado a administração e, como sabe, a administração tem de ter um número ímpar de pessoas.

Portanto, o único ponto em que mexemos na administração da Caixa foi para nomear uma outra pessoa, para substituir essa pessoa que tinha saído há mais de oito meses, estando a Caixa, portanto, na situação ilegal de haver uma administração com um número par e não com um número ímpar de pessoas.

Foi a única mexida que lhe fizemos e a mexida foi, pura e simplesmente, repito, nomear uma pessoa para um lugar que está vago; não é nomear uma pessoa para um lugar que está vago, para desempenhar funções para lugares que estão ocupados.

Portanto, nesse sentido, nada foi feito fora daquilo que é normal. Se, depois, há pessoas que desempenham melhor ou pior as suas funções, se conseguem trabalhar em equipa ou não conseguem trabalhar em equipa, isso é um ponto que, como calcula, também não é fácil de adivinhar.

Mas não estou nada consciente, nem convencida, e acho que é uma verdadeira fantasia pensar-se que a administração da Caixa ficou, de alguma forma, adulterada pelo facto de haver uma pessoa ou outra que desempenha as funções com mau feitio... Isso é algo que, evidentemente, ninguém consegue prever, nem eu acho que uma instituição possa ser posta em causa por motivos de egos, seja de quem for.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Pereira, já ultrapassou os 8 minutos de tempo disponível mas, como o Sr. Deputado Miguel Tiago também se excedeu um bocadinho, tem a palavra.

O Sr. **Carlos Pereira (PS)**: — Sr. Presidente, é só uma pergunta muito rápida.

Era só para perguntar o seguinte: chegou a equacionar, ou chegou a desenvolver, algum mecanismo para a privatização da Caixa Geral de Depósitos durante a sua altura, dado que isso era um dos temas do programa de Governo do Dr. Durão Barroso? E chegou a equacionar a saída da Caixa Geral de Depósitos do negócio dos seguros, nessa altura.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Nunca se equacionou a ideia de tirar os seguros da Caixa Geral de Depósitos, tanto assim que aquilo que estava equacionado era a separação dos negócios e a constituição de uma *holding*. Era isso que estava equacionado.

Quanto à privatização da Caixa, devo-lhe dizer que essa é uma matéria sobre a qual nunca dei nenhum trambolhão na minha vida: sempre fui contra a privatização da Caixa!

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, ao Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, queria também cumprimentar a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite e agradecer a sua presença.

Começo por, até para contextualizar o início do seu mandato enquanto Ministra das Finanças, lembrar que, pouco tempo antes de chegar a Ministra das Finanças, tinha havido demissões na administração da Caixa Geral de Depósitos, demissões essas, alegadamente, por concessão de créditos avultados sem autorizações superiores, nomeadamente 75 milhões de euros para um promotor imobiliário para adquirir o Átrio Saldanha, o que foi considerado por alguns membros do conselho de administração, por não ter

passado pelo conselho de crédito e por ter garantias frágeis, como algo imoral que os levou à demissão.

O Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, em Comissão de Inquérito, disse que, depois de ter sabido do caso por carta dos então membros do conselho de administração demissionários, exigiu ou, melhor dizendo, instruiu o Dr. António de Sousa para uma maior fiscalização destas operações.

Gostava de saber, durante o mandato da Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite enquanto Ministra das Finanças, de que forma foi concretizado este aperto e esta fiscalização por parte do conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos, nomeadamente à concessão de créditos avultados.

O Sr. **Presidente**: — Faz favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sei absolutamente desses casos, que se passaram anteriormente à minha presença no Ministério das Finanças, e devo dizer-lhe que até fiquei tranquila, exatamente porque foi algo que se passou, que foi detetado e que teve as respetivas consequências.

Se me tivesse dito, passou-se isto assim e assim e nunca ninguém deu por nada; eu ficava preocupada. Mas, passou-se assim e assim, soube-se, executou-se, teve as suas consequências e, portanto as orientações que estavam dadas, direi, eram mais do que suficientes para prever casos dessa natureza.

Portanto, não era preciso nem mais aperto, nem menos aperto... Quer dizer, a administração estava a funcionar tal como devia e teve as respetivas consequências. Mas aquilo que nunca podemos prever, em termos humanos, é que não haja sempre pessoas que possam fazer coisas que estão fora do controlo, o que é preciso é que sejam detetadas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Doutora, só para nos esclarecer a todos, que instruções é que foram dadas concretamente? Melhor dizendo, que procedimentos foram reforçados na Caixa Geral de Depósitos, nomeadamente no que toca à concessão destes grandes empréstimos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sr. Deputado, já disse há pouco, e vou dizer outra vez, que a minha interferência na administração da Caixa foi nula. Não era a minha função!

A administração da Caixa e as instituições e os organismos do Ministério das Finanças tinham o seu papel e desempenharam-no sempre de forma que considero bastante eficaz.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, faça favor.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Doutora, considera, então, que, apesar de ser representante do acionista Estado na Caixa Geral de Depósitos, o Ministério das Finanças, nem que seja em última instância, não teria uma palavra a dizer sobre, enfim, a necessidade de haver maior fiscalização sobre os empréstimos que eram concedidos, sobre as participações da Caixa Geral de Depósitos, sobre as vendas e aquisições de parte ou de participadas da Caixa Geral de Depósitos? O Ministério das Finanças nunca deu orientações em nenhum destes sentidos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sr. Deputado, no que respeita às operações de crédito, já disse, mas vou dizer outra vez, que nunca interferi em nenhuma operação e até tinha alguma dificuldade em admitir que houvesse algum presidente da administração da Caixa que me viesse pôr, a mim, alguma questão sobre concessões de crédito. Não é função do Ministro das Finanças, nem deve ser! Não é só para pedir, nem para negar! O Ministro das Finanças não tem interferência nessa matéria!

Portanto, seria estranho que me viessem colocar problemas sobre essa questão. Não havia nenhum indício... É claro que me vai dizer... é evidente que podemos conversar, em termos pessoais, sobre a matéria, mas não em termos formais.

A administração e, com certeza, também a regulação do Banco de Portugal hão de ter corrigido quaisquer aspetos que pudessem reforçar essa matéria. Acho que isso é algo que a administração da Caixa poderá especificar com mais pormenor sobre se meteram mais funcionários, se os puseram a fazer mais cálculos vários dias... É o tipo de questões que, obviamente, não competem ao Ministro das Finanças e, portanto, só posso responder por aquilo que...

Se fosse alguma coisa que não tivesse sido descoberta e que só muito mais anos depois é que se viesse a saber, eu ficaria preocupada. Como digo, o facto de ter sido detetado é sinal de que os mecanismos estavam a funcionar, porque se eles não têm de funcionar não reagem.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, faça favor.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Doutora, relevou que não tinha nenhum tipo de interferência nas operações de crédito...

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Nenhuma!

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Fica claro!

E no que toca a vendas, a aquisições e a participações da Caixa noutros grupos, por exemplo?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sr. Deputado, não me lembro. Teria de ter, mas, na minha época, julgo que não tivemos problemas dessa natureza.

Também lhe devo dizer que, não sendo comigo, as participações da Caixa na PT, na Águas de Portugal, por exemplo, foram participações que resultaram de aumentos de capital feitos em espécie e não propriamente em operação financeira de aquisição.

Portanto, eram necessários aumentos de capital e optaram por fazê-los em espécie. Foi o caso, como digo, da PT e da Águas de Portugal, mas não no meu tempo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, faça favor.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — A Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite optou por manter como presidente do conselho de administração, o Dr. António de Sousa. Isso quer dizer que manteve também a linha estratégica que a Caixa vinha a seguir até ao seu mandato?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sr. Deputado, não tenho dúvidas. Considero que o Prof. António de Sousa era e foi um presidente.

Tudo o que fossem orientações estratégicas com as quais não concordasse teria, com certeza, de fazer algum tipo de alteração, mas não foi o caso. Portanto, não havia nenhum motivo para pôr em causa a capacidade e a competência do Prof. António de Sousa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Doutora, o Dr. António de Sousa disse, em entrevistas de 2002/2003 e em entrevistas posteriores, que o rumo estratégico que então tinha para a Caixa assentava, grosso modo, em três pilares: transformar a Caixa num grupo financeiro; a internacionalização da Caixa; e o estabelecimento de parcerias estratégicas com outros grupos nacionais.

Estes pilares mantiveram-se, segundo o que depreendi das palavras da Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite. Posso depreender que sim?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sim, Sr. Deputado, pode depreender. De resto, já falámos disso aqui, há pouco e eu não pus em causa esses aspetos estratégicos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Doutora, uma das parcerias duradouras da Caixa Geral de Depósitos e que causa um bocadinho mais de estranheza é a parceria com o BCP.

A Caixa Geral de Depósitos chegou a ser, durante muito tempo, um acionista de referência do BCP e chegou a deter, durante muito tempo, uma participação significativa no BCP.

Apesar de o início dessa participação ser anterior ao mandato da Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite, consegue lembrar-se e explicar-nos melhor como é que a Caixa começou a deter uma participação no BCP. Vem da venda do Banco Pinto & Sotto Mayor?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sr. Deputado, não sou capaz de dizer. Efetivamente, não foi no meu mandato e, portanto, não sou capaz de lhe dizer exatamente em pormenor qual foi a origem dessa participação, mas penso que os Srs. Deputados devem ter cá os presidentes da altura que poderão... Não sei, não sou capaz de responder.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Doutora, efetivamente, teremos aqui num futuro próximo os presidentes da altura.

Pergunto-lhe isto porque poderia esclarecer por que é que, na altura, depois de todo o negócio que envolveu a venda do Grupo Champalimaud, a Caixa abdicou do Banco Pinto & Sotto Mayor, vendendo-o ao BCP, que, manifestamente, não tinha liquidez para o adquirir e que o pagou com ações. A Caixa, durante muito tempo, deteve 8% do BCP, portanto, era um dos seus principais acionistas e foi-o também durante o mandato da Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite.

Qual era a utilidade de a Caixa Geral de Depósitos deter esta participação no BCP, até porque sempre abdicou de ter alguém no conselho de administração do BCP, apesar de ser um dos seus maiores acionistas?

A verdade é que a participação acionista se manteve durante o Governo de que fez parte. Portanto, qual era o interesse desta participação no BCP?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sr. Deputado, se me tivesse dito que no meu tempo eu tinha nomeado alguém para a administração em representação do BCP, estaria aqui para lhe responder de corda e baração ao pescoço... Como não foi o caso... Era uma participação que não tinha representação na Caixa, em termos de administração, portanto, não sou capaz de dizer qual foi o motivo pelo qual as ações vieram parar à Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — A pergunta era um bocadinho ao contrário, se me permite...

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Mas a minha resposta não foi ao contrário. A minha resposta foi direta!

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — A minha pergunta não era por que é que não estava um representante do BCP na administração da Caixa, mas por que é que não estava um representante da Caixa na administração do BCP, visto que a Caixa tinha 8% do BCP e nunca esteve na administração.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — A minha resposta seria sempre a mesma.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Muito bem! Percebemos, então, a postura do Ministério das Finanças da altura.

Ainda sobre o BCP, finalmente em 2004, já no final do seu mandato, ou melhor, na transição do seu mandato, porque calha nos dias 17, 18 de julho, a Caixa Geral de Depósitos decidiu desfazer-se de 110 milhões de ações do BCP, ficando ainda a deter 3%, mas, nesta altura, desfez-se de 110 milhões de ações do BCP, vendendo-as a 1,74 € por ação, quando as tinha comprado a mais de 5 €, o que representou um prejuízo de 375 milhões de euros. Porquê a decisão de vender em 2004 e com este prejuízo de 375 milhões de euros?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sr. Deputado, peço-lhe muita desculpa e não é por não querer colaborar com esta Comissão, bem pelo contrário, terá de fazer essa pergunta não a mim, que não era responsável, mas a quem foi o responsável. Honestamente, não sou capaz de dizer todos os pormenores acerca de uma operação que não fiz.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Quem seria o responsável, então?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Não sei quem seria o responsável, mas, se, para si, a pergunta é para ser feita ao Ministro

das Finanças da altura, na altura, não era eu o Ministro das Finanças. Portanto, a pergunta deverá ser feita, se acha que é ao Ministro das Finanças, ao Ministro das Finanças da altura, que não era eu!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Doutora, esta, como a outra ação, foram anunciadas no dia 17 de julho, portanto, suponho que não tenham aparecido nesse mesmo dia, mas que tenham sido planeadas com algum tempo, provavelmente por um Governo anterior, apesar de, nessa altura, ter chegado ao fim o seu mandato.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sr. Deputado, não me lembro de ter tratado desse assunto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Doutora, então, passaria para um anúncio que foi feito em simultâneo com o da venda dos 110 milhões de ações do BCP que foi o da aquisição ao BCP do seu ramo segurador por 343 milhões de euros.

Os dois anúncios foram feitos em simultâneo, isso foi tornado público no dia 17 de julho e não creio que tenha sido decidido nesse dia, pois ações destas são planeadas com tempo.

Para terminar: a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite disse numa das suas primeiras intervenções aqui na Comissão que, a determinada altura, o

Governo de então considerou que o setor segurador na Caixa já estava pesado.

Ainda assim, é no final do seu mandato que se inicia/concretiza a compra do setor segurador do BCP por 343 milhões de euros. A questão é: concretizou-se por se considerar o setor segurador um setor estratégico na Caixa e era necessário o seu reforço, apesar de a Caixa já ter uma posição significativa nesse setor? Ou foi uma forma de injetar 343 milhões de euros de liquidez no BCP, sabendo-se que o BCP sofria, desde o ano 2000, de enormes dificuldades de liquidez – aliás, é entre 2000 e 2002 que foi inventado o esquema das 17 *offshore* do BCP? Era um setor estratégico ou era uma forma de injetar liquidez no BCP?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sr. Deputado, eu disse, há pouco, que o setor segurador sempre foi um setor extremamente lucrativo para a Caixa Geral de Depósitos, motivo pelo qual poderão existir algumas questões sobre a venda, ou seja, sobre a Caixa desfazer-se dele.

Quando eu disse que era mais pesado, não era no sentido negativo; era pesado, no sentido de que era uma componente que já representava cerca de 1/3 da atividade e que já era muito difícil, em termos de administração, ter tudo junto, nomeadamente a parte comercial, a parte bancária, tudo isto, e ainda os seguros.

A estratégia era separar esse setor, com uma *holding*, para que tivesse ali um setor... Mas era um setor estratégico, no sentido de que era um setor lucrativo para a Caixa e, portanto, nunca se abandonou a ideia, aliás, nunca houve a ideia de se desfazer do setor segurador, porque era um setor importante para a Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

Em nome do Grupo Parlamentar do CDS, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Queria começar por cumprimentar a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite e dizer que é com gosto que a voltamos a ver aqui, é um prazer recebê-la.

O facto de esta Comissão de Inquérito abranger um período de tempo bastante longo leva, obviamente, a que, em alguns casos, se esteja a fazer perguntas sobre factos que se passaram há já muito tempo e, por isso, sobre os quais é difícil ter memória, mas, por outro lado, creio que também permite pôr as coisas em perspetiva e perceber — e o objetivo deste longo período de tempo é precisamente esse — onde é que os problemas começaram, por que é que começaram, por que é que se agravaram e por que é que se transformaram naquilo que se tem vindo a verificar ultimamente.

De facto, a Sr.<sup>a</sup> Doutora disse — e muito bem — que, nessa altura, o BPN era um banco pujante e, portanto, muitos dos problemas que hoje aqui discutimos não existiam. Aliás, salientaria isso que disse, ou seja, que não só não se falava deles, mas também, em grande medida, esses problemas, pura e simplesmente, não existiam, porque ainda não tinham sido formados e ainda não tinham sido provocados.

Essa era a primeira coisa que lhe queria dizer.

A segunda coisa, passando à parte das perguntas muito concretas, tem a ver com o seguinte: já nos disse aqui que a sua visão — muito correta, do meu ponto de vista — é a de que a gestão e a tutela que exercia sobre a Caixa não se faziam, obviamente, tendo informação concreta sobre um ou outro crédito, e isso parece-me óbvio e evidente, e disse também, e é fundamental que isso também fique claro, que nunca foi favorável à privatização da Caixa.

Pergunto-lhe o seguinte: do ponto de vista da estratégia e da missão que estava atribuída à Caixa, havia a visão de que ela devia ou não ser um banco diferente dos restantes bancos no mercado? Disse-nos, por exemplo, que a Caixa teve lucro durante o período do seu mandato, o que me parece bom. A regra tem, obviamente, de ser essa. Mas pergunto-lhe se, do ponto de vista da missão da Caixa, ela era vista como outro banco qualquer, ou se havia uma missão diferente da dos outros bancos do sistema.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Acho que sempre se olhou para a Caixa de uma forma razoavelmente diferente, que julgo ser consequência mais do tipo de clientes que tinha a Caixa do que propriamente de a Caixa ter um projeto muito autónomo relativamente à restante banca.

A Caixa Geral de Depósitos como banco público era aquele banco do qual — e este é um aspeto até contestável, em termos de mercado — obrigatoriamente, os funcionários públicos eram clientes, os aposentados eram clientes, porque todas as contas do Estado eram feitas em depósitos na Caixa Geral de Depósitos, o que, como sabe, era um elemento de contestação por parte dos outros bancos.

Portanto, isso faz com que, ao longo dos anos, a Caixa tivesse tido uma característica de abranger um conjunto de população talvez menos informada sobre as questões financeiras, o que lhe deu sempre um cariz razoavelmente diferente. Neste momento, isso provavelmente já não é tão verdade e considera-se que, efetivamente, a Caixa tem de funcionar nos moldes do mercado e não pode ser beneficiada ou prejudicada por outro tipo de movimentos.

Nesse sentido, acho que a Caixa nunca teve políticas muito diferentes, mesmo na questão do crédito à habitação, relativamente a outros bancos, ou

outros bancos viram que, em termos de concorrência, tinham de se aproximar da Caixa. Este era um ponto importante, isto é, o Estado, de certo modo indiretamente, poderia, de alguma forma, condicionar certas evoluções no mercado através de políticas específicas que os outros concorrentes teriam de seguir, o que era também um aspeto decisivo.

Um banco público também poderá ter, em grande medida, a função de, de alguma forma, orientar determinado tipo de políticas. Isto é, se quer dar um reforço à agricultura e se mais nenhum banco fizer esse apoio, então o banco público poderá ser um instrumento importante na definição estratégica de uma política a seguir. E eu acho que, nesse aspeto, a Caixa desempenhou sempre bem o seu papel, até porque, de qualquer forma, em termos de dimensão, é o maior banco português.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, no fundo, aquilo que nos diz é que a mera presença da Caixa, enquanto banco público no mercado, permite, em alguns momentos, condicionar o funcionamento do próprio mercado em alguns setores e em alguns segmentos em que se considere que existe um interesse público.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Desculpe, e considero difícil que haja a segurança da definição de uma estratégia de política se não houver instrumentos para a executar. E, não havendo nenhum instrumento externo que o possa fazer, então é bom que haja um instrumento interno que execute essa política.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não lhe pergunto do ponto de vista dos créditos concretos, mas do ponto de vista da tutela e do

acompanhamento que eram feitos, em relação à questão dos riscos de crédito – imagino que na altura já houvesse um departamento de risco –, dos riscos que eram assumidos na concessão de crédito, globalmente e em geral, e não neste ou noutra caso em particular, e em relação à própria credibilidade das contas, gostava de lhe perguntar como é que era exercida a tutela e que órgãos faziam essa tutela. Havia, por exemplo, um conselho fiscal, eram analisados os pareceres de auditores? Como é que era feita a análise quer da credibilidade das contas, da sua correspondência à verdade, quer dos riscos de crédito que eram assumidos? É que é essa a questão que, hoje em dia, muitos de nós estão a analisar.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Era feita exatamente pelos mesmos órgãos que continuam a fazê-la, tendo, por parte do Ministério das Finanças, não só a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, como, especialmente, a Inspeção-Geral de Finanças, e, como sabe, o regulador, o Banco de Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E como era feita a análise quer das contas que eram prestadas, quer dos relatórios dos órgãos fiscais e das auditorias que as acompanhavam?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Penso que é pública a forma como eram feitas. A única coisa que lhe posso dizer é que

— e já o disse há pouco —, do ponto de vista da política que depende da administração houve uma enorme prudência na questão das provisões.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Por crédito vencido!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Também já nos disse há pouco que, na altura, as imparidades não tinham a importância que depois, infelizmente, vieram a assumir, como é óbvio.

O que lhe pergunto também é se, no âmbito deste acompanhamento que era feito por vários órgãos, as cartas circulares do Banco de Portugal sobre a classificação de imparidades eram também comunicadas à Inspeção-Geral de Finanças, para que esta parte muito em particular pudesse ser acompanhada. Era feita essa comunicação?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sim, sim, sim!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Do ponto de vista deste acompanhamento do risco de crédito, alguma vez teve razão para achar que se passaria alguma coisa de anómalo?

Aquilo que quero dizer, muito obviamente e muito concretamente, é o seguinte: alguns dos problemas que hoje identificamos terão tido origem em crédito que se transformou em crédito malparado. Parte desse crédito poderá resultar de situações de recessão, é normal que assim seja, nem todo o crédito

é ressarcido, mas parte pode resultar também – e parece-me que há fundadas razões para o crer – de crédito que é mal atribuído, crédito com uma gestão de risco que não foi bem tratada e bem feita, para usar um eufemismo. Também lhe digo que, do ponto de vista deste período de tempo, acho que esse problema, pura e simplesmente, não existia, e não existia da forma que veio a existir depois.

Queria perceber bem quais eram os mecanismos que estavam em vigor para controlar, muito concretamente, esta matéria, ou se, na altura, como o problema ainda não existia, a gestão do risco de crédito era vista como uma matéria de gestão, como várias outras, e, como tal, confiava na administração e na gestão do banco para que as coisas fossem resolvidas e levadas a bom porto, atendendo isto a que esta matéria não era vista como uma área de especial alarme ou interesse.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Não tenho dúvidas de que a questão do risco era um ponto que estava sempre em análise nas diferentes instituições que controlavam tanto a Caixa como as outras instituições bancárias. Portanto, isso não era nada de novo. Poder-se-ia era ter uma conceção de risco um pouco diversa daquela que existe atualmente, portanto, o risco é algo...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — «Casa roubada, trancas à porta»!

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Exatamente! Mas também, para além de «casa roubada, trancas à porta», é muito fácil dizer o

que é um crédito malparado a seguir a verificar-se isso, que estava malparado.

Portanto, o que é isso de um crédito mal atribuído? Como é que, neste momento, se consegue dizer que um crédito foi mal atribuído há 14 ou 15 anos? Neste momento, poder-nos-á parecer que foi mal atribuído e, naquela altura, poder-se-ia considerar que até em termos sociais era algo extremamente importante, ou para o crescimento da economia, ou para determinado setor de atividade...

Estamos a avaliar uma situação fora do seu contexto, não estamos a avaliar uma situação dentro do verdadeiro contexto. Portanto, nessa circunstância, tudo o que podemos dizer pode ser e pode não ser verdade. Não tenho nenhuma dúvida de que o risco sempre esteve presente, admito que a conceção de risco não fosse tão aguda quanto é agora, mas também não podemos negar a solidez financeira das instituições que atuavam no mercado. Não nos podemos esquecer do abalo que pode ter tido a Caixa com a questão do *subprime*, que tinha um peso muito grande, por exemplo, no crédito à habitação.

Portanto, todos esses aspetos, por mais controlados que estivessem *a priori*, dificilmente poderiam ser previstos com a dimensão com que acabaram por ocorrer.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Compreendo, mas referia-me ao assunto precisamente olhando com os olhos da época. É evidente que, depois de as coisas acontecerem, é relativamente fácil fazer previsões. Quando falei de crédito mal atribuído estava, de facto, a falar de situações anómalas, não de situações que correspondessem aos padrões da época, mas de situações que saíssem fora do padrão. É evidente que, de cada vez que se

concede um crédito, há sempre um risco de não ressarcimento, senão não se chamava gestão de risco, chamava-se certezas.

Queria era saber quais eram os mecanismos de controlo, para perceber se, ao longo do tempo, eles estiveram sempre em vigor e foram sempre atuantes. É que estamos a começar do princípio a análise daquela que tem sido a gestão da Caixa ao longo destes 15 anos e queria perceber se houve sempre os mesmos mecanismos ou se eles foram sendo modificados. Era só isso que queria entender. Naturalmente, olhando com os olhos de hoje, todos chegaremos a conclusões diferentes.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Já aqui falámos disso, de resto, a questão das comissões de riscos, por exemplo, foi criada evolutivamente, portanto, todos estes instrumentos foram sendo criados ao longo dos tempos e foram aperfeiçoando estas questões.

É evidente que, à medida que os anos vão passando, a Inspeção-Geral de Finanças tem evoluído no sentido de aperfeiçoar e de aprofundar esse tipo de análise. Todavia, sempre existiram esses instrumentos, mas têm tido uma evolução correspondente àquela que as circunstâncias foram exigindo. Portanto, não tenho dúvidas de que existia esse controlo e que ele foi sendo aperfeiçoado à medida que a situação evoluía.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Terá, agora, lugar a uma segunda ronda, na qual os grupos parlamentares dispõem de 5 minutos.

A Mesa regista apenas a inscrição do Sr. Deputado Luís Moreira Testa, a quem dou a palavra.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, muito obrigado.

Gostaria de cumprimentar a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite e colocar uma questão que me parece carecer também de algum esclarecimento.

Na transição do ano de 2003 para 2004, a Caixa apresenta um resultado transitado negativo na ordem dos 780 milhões de euros. Segundo cremos, aqui poderá estar uma implicação direta numa operação de transferência do Fundo de Pensões que, eventualmente, poderá ter prejudicado estes resultados transitados.

Gostaríamos de obter, da sua parte, um esclarecimento ao facto de esta operação ser contrária ao objetivo de alcançar uma redução no défice – a que a Sr.<sup>a</sup> Doutora já fez aqui alusão –, que me parece ter sido objetivo primeiro de tal operação.

Gostaria também de colocar uma segunda questão, no sentido de perceber se havia dois pilares essenciais, relativamente à estratégia da Caixa Geral de Depósitos, que assentavam um em Espanha e na atividade bancária em Espanha, outro na atividade seguradora em Portugal, e se, no seu entender, a par das propostas que foram feitas no sentido de solidificar a atividade bancária em Espanha, não seria prudente – a par dessa mesma estratégia, que passava pela aquisição de outras entidades bancárias – ter também uma estratégia de crescimento orgânico, mas de crescimento orgânico frutífero, sólido e que correspondesse a um aumento da atividade dos bancos, que então eram pequenos, mas que, por fusão dessas mesmas entidades, pudessem expandir a sua atividade económico-financeira.

Relativamente à questão da operação na área dos seguros, aquilo que questiono é no sentido de se perceber se, conforme foi aqui dito, sendo esta uma atividade que traz uma remuneração elevada, neste caso para a Caixa

Geral de Depósitos, fazia algum sentido, então, como até há pouco tempo, alienar esta atividade, já que ela era indutora de crescimento e de solidez económica a todo o Grupo, ainda que se perspetivasse uma divisão entre a área bancária e a área não bancária.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, pedi aos grupos parlamentares para se inscreverem todos e infelizmente tal não aconteceu e já depois de o Sr. Deputado Luís Testa ter começado a falar, o Grupo Parlamentar do PSD pediu para inscrever a Sr.<sup>a</sup> Deputada Margarida Mano. Há algum inconveniente?

Não havendo nenhuma objeção, tem a palavra Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Margarida Mano** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite, Caros Colegas, a minha questão prende-se com o modelo de governação da Caixa, na altura em que era Ministra das Finanças.

Disse-nos que a ideia que tinha, na altura, para um modelo desejável, constava da proposta que remeteu a um conselho de ministros. Pode explicar-nos em que consistia? Como é que, na altura, via o modelo de governação, que não chegou, naturalmente, a ser aprovado ou reprovado, mas em que sentido é que esse modelo, essa proposta, ia?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Doutora, tem a palavra, para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, estarei aqui toda a tarde, se necessário for, e até amanhã, se preciso...

O Sr. **Presidente**: — Talvez não seja preciso tanto!

Talvez não valha a pena! Com muito gosto, Sr.<sup>a</sup> Doutora, mas não queremos que se incomode.

*Risos.*

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — ... para responder às questões relativas ao meu mandato, pois penso que é esse o objetivo da minha presença aqui.

Portanto, aquela primeira questão sobre as transferências do Fundo de Pensões não foi comigo, não fui eu que fiz e não vou dar opinião sobre essa matéria – aliás, essa questão terá que ser posta à gestão de momento. Não foi comigo e quanto a opiniões, vou fazer os esforços para não as dar aqui.

Quanto aos dois pilares, parece-me um pouco excessivo... Eu nunca pensei que a Espanha fosse, propriamente, um pilar da Caixa, quer dizer, acho excessivo chamar-lhe um pilar. Era um aspeto...

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Um pilarzinho! Um pilarete! Era uma operação.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Como os «banquinhos»!

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Manuela Dias Ferreira Leite**: — Eu diria mesmo que era um «banquinho, não propriamente um pilar.

Portanto, aquilo por que fomos responsáveis, foi no sentido de tentar alterar essa posição em Espanha, uma vez que estava a ser deficitária e que não se perspetivava...

Portanto, não foi mais do que isto, não houve tempo para fazer qualquer outra coisa. A administração da altura tinha a ideia de que, se não se conseguisse fazer uma coisa, então se devia fazer outra, e a questão

orgânica só tinha sentido se ela fosse fruto de uma alteração estrutural do grupo espanhol e não ficando tudo na mesma, mas aumentando de forma orgânica. Foi a política que, de seguida, foi feita e que não tem dado bom resultado.

Quanto à questão dos seguros, também não vou dar opinião sobre aquilo que foi feito ou não foi feito nos seguros, posteriormente à minha saída. No momento em que eu lá estava, considerava que os seguros eram um setor importante, era um setor que dava lucros à Caixa e, como tal, eu, pessoalmente, nunca tive ideia – nem de noite – de lhes mexer.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, o modelo de governação que estava em causa, ou que estava em mente, baseava-se muito na ideia de separar os diferentes negócios que a Caixa executava, especialmente muito resultante da questão dos seguros, que já constituíam cerca de 1/3 da atividade da Caixa e que pesavam muito no seu funcionamento, e, portanto, tornava um bocadinho ingerível haver uma administração que tratasse de tantos setores com o peso que cada um deles já tinha.

Nesse sentido, a ideia era autonomizar os diferentes setores: por um lado, a parte comercial, o banco; por outro lado, os seguros; por outro lado, os investimentos internacionais; por outro lado, as participações financeiras, numa *holding* que separasse esses diferentes setores.

Portanto, a ideia era um pouco esta.

O Sr. **Presidente**: — Julgo que mais nenhum Grupo Parlamentar tem questões a colocar.

Resta-me, então, renovar os meus agradecimentos à Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite e dar por encerrada a nossa reunião.

*Eram 16 horas e 50 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.